

A IMPORTÂNCIA DO MÊS DE MARÇO DE 2025 NO DIREITO DAS MULHERES

Observatório da Mulher contra Violência
Senado Federal | Junho de 2026



APRESENTAÇÃO

O presente estudo tem como objetivo verificar em que medida o engajamento político das senadoras e senadores na pauta feminina, ocorrido no mês de março de 2025, período considerado marco político para as discussões sobre os direitos das mulheres no Brasil, repercutiu na agenda legislativa da temática no Senado Federal.

A pauta legislativa no período do Dia Internacional da Mulher, comemorado anualmente em 8 de março, é marcada por um esforço concentrado em direitos das mulheres, com intensa mobilização da Bancada Feminina na arena política. No mês de março de 2025, o Senado promoveu o evento *Março Mulheres*, que incluiu exposições, debates, rodas de leitura e a entrega do Diploma Bertha Lutz, destinado a reconhecer pessoas que se destacam na defesa dos direitos das mulheres e das questões de gênero no Brasil.

No mesmo período, a Comissão de Direitos Humanos criou Subcomissão Temporária para debater a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, especialmente nos casos em que mães brasileiras retornam ao país com seus filhos em razão de violência doméstica (REQ 2/2025 - CDH¹, de autoria do Senador Flávio Arns - PSB/PR).

Para mapear a produção legislativa relacionada às mulheres no período em estudo, foi adotada uma abordagem quantitativa. A metodologia envolveu a coleta e análise da

¹ <https://link.senado.leg.br/2yx8hhuu>

tramitação dos projetos de lei ordinária relacionados aos direitos das mulheres, a partir da análise dos resultados de todas as reuniões deliberativas das Comissões Permanentes e da Ordem do Dia do Plenário do Senado Federal realizadas em março de 2025. A pesquisa identificou 15 projetos com temática específica pautados nas reuniões da Casa, com ou sem aprovação de pareceres.

Em seguida, realizou-se a análise do levantamento realizado pelo Palácio do Planalto e divulgado pela Agência Senado², em 22 de dezembro de 2025, que elencou 19 leis federais sobre as mulheres aprovadas no ano de 2025. A análise da tramitação legislativa das 19 leis já sancionadas tem como objetivo verificar se houve movimentação desses projetos no mês de março daquele ano. Das 19 leis federais aprovadas em 2025, nove referem-se a projetos que tramitaram no Senado Federal em março, sendo que quatro delas foram aprovadas nesse período, em Plenário, e já haviam sido identificadas na primeira etapa da análise. Outras cinco receberam apenas designação de relatoria, sem inclusão em pauta deliberativa naquele momento, mas foram igualmente incorporadas ao escopo da pesquisa.

Assim, foram mapeados 20 projetos de lei com movimentações relevantes na tramitação legislativa no Mês da Mulher, sendo 15 pautados nas Comissões ou Plenário, com ou sem votação, e outros cinco que tiveram a relatoria definida, sem serem pautados no período. As proposições foram classificadas segundo sua temática central, autoria, relatoria e Comissão na qual o relator foi designado e analisadas a partir de variáveis na fase de tramitação do projeto, como movimentação em março de 2025 e estágio atual de tramitação.



² Propostas pelo Congresso, 19 novas leis ampliaram proteção às mulheres em 2025
<https://link.senado.leg.br/7q2q5aw4>

RESULTADOS

Dos 20 projetos analisados, 11 foram aprovados no Mês da Mulher, em Plenário ou nas Comissões, em decisão terminativa ou não, e nove receberam impulso legislativo, seja por meio de designação de relatoria, seja por inclusão em pauta de reuniões de Comissões.

Além da realização de sessões solenes e o lançamento simbólico de pautas, observou-se, ao longo do mês, uma concentração dos esforços políticos voltados à priorização de relatórios e votações, com o objetivo de destravar projetos que estavam paralisados.

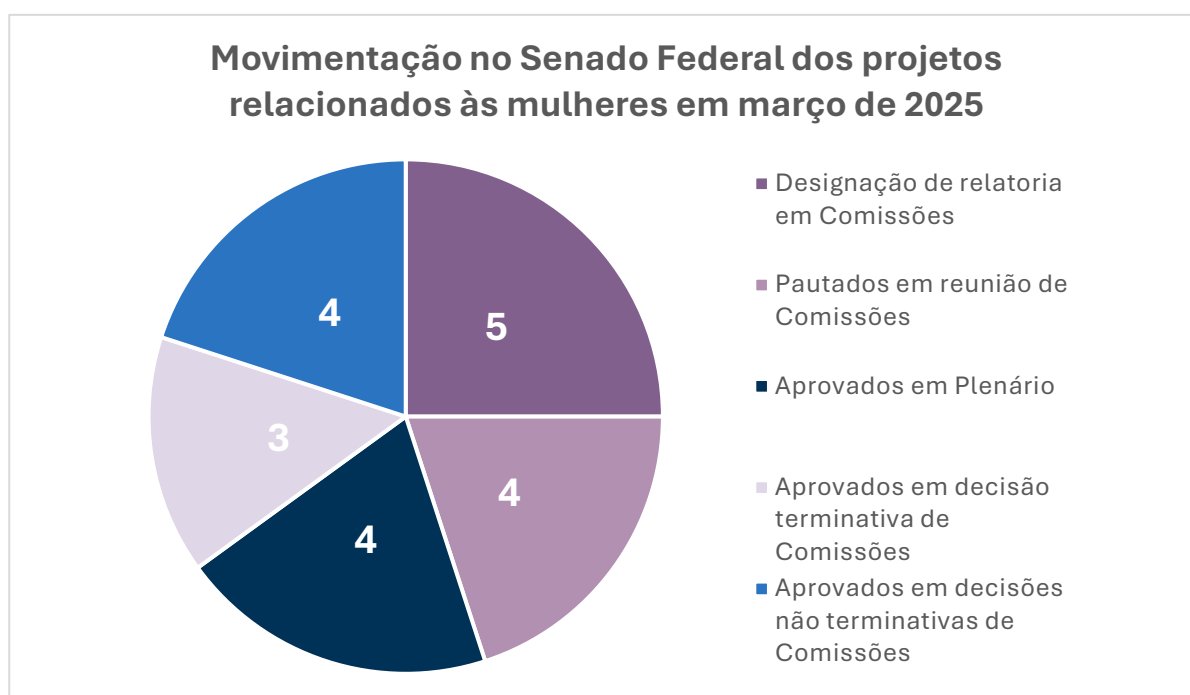


Gráfico 01 - Movimentação no Senado Federal dos projetos relacionados às mulheres em março de 2025 - Fonte: Elaboração própria

Observa-se que a maior parte da atividade legislativa se concentrou nas Comissões, totalizando 16 projetos. Nesse período, três projetos foram aprovados em decisão terminativa nas Comissões e seguiram para encaminhamento à Câmara dos Deputados ou à sanção presidencial, para transformá-los em lei e quatro projetos foram

aprovados em decisões não terminativas e encaminhados para análise em outra Comissão.



16 projetos nas comissões
maior parte da atividade legislativa

Contudo, a atividade parlamentar não se limitou às deliberações finais. Foram identificadas cinco proposições com designação de relatores e quatro projetos pautados em reunião de Comissões, que acabaram retirados de pauta, caracterizando como um momento de alta efetividade institucional, ainda que sem decisões formais visíveis.

Assim, grande parte dos avanços ficaram concentrados nas Comissões e na construção de consensos e amadurecimento das propostas. Verificou-se baixo nível de conflito político nas discussões, com predominância de temas consensuais, à exceção do PL nº 3272³, de 2024, que altera o Estatuto do Desarmamento, que trata da autorização do porte de arma de fogo para as mulheres sob medida protetiva de urgência.

4

projetos incluídos e aprovados nas reuniões de Plenário no Mês das Mulheres em 2025

Apenas quatro projetos foram incluídos e aprovados nas reuniões de Plenário no Mês das Mulheres em 2025, indicando que esse espaço teve maior função simbólica, discursiva e de visibilidade política, servindo também como ambiente de articulação para votações posteriores ao longo de 2025.

Quanto à autoria das proposições, verificou-se equilíbrio entre as Casas Legislativas: dos 20 projetos analisados, dez tiveram origem no Senado Federal e dez na

³ <https://link.senado.leg.br/7y6q2xuj>

Câmara dos Deputados, evidenciando convergência da temática entre as Casas Legislativas.



A análise atual das 20 proposições demonstra que 11 delas foram transformadas em lei, nove em 2025 e duas em 2026, enquanto dois projetos foram remetidos à Câmara dos Deputados para revisão. Sete projetos estão em andamento em Comissões Permanentes do Senado Federal: três estão aguardando designação do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, um aguarda designação do relator na Comissão de Educação e Cultura e as outras três proposições já possuem relatores designados nas Comissões.

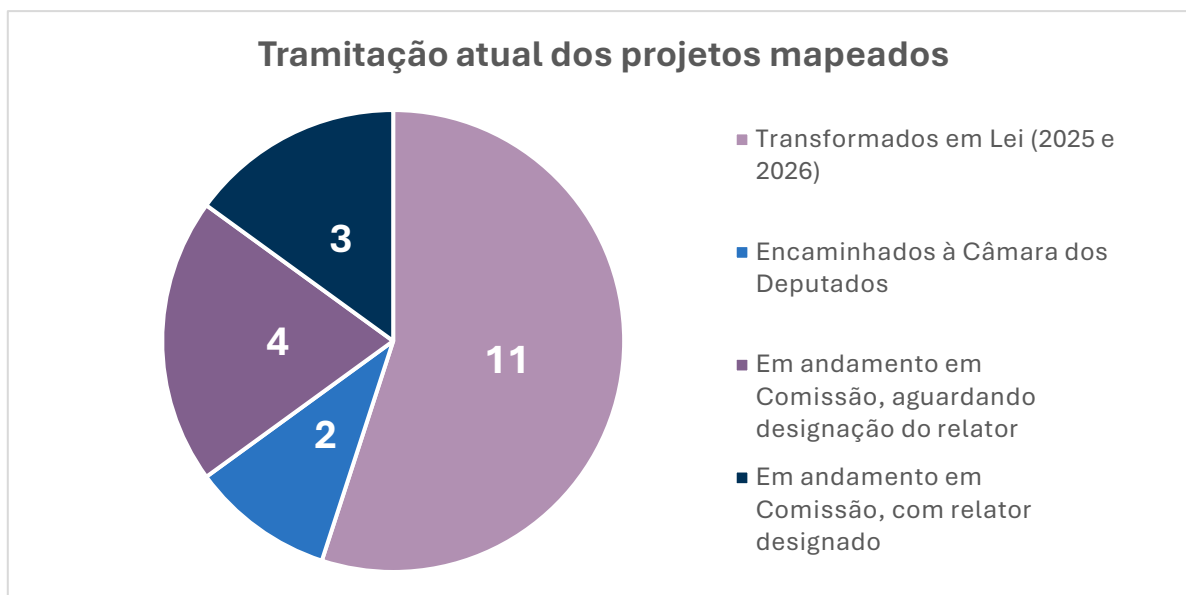


Gráfico 02 - Tramitação atual dos projetos mapeados. Fonte: Elaboração própria

Dessa forma, observa-se uma efetividade satisfatória do engajamento dos parlamentares nas matérias priorizadas na pauta feminina no Senado Federal. Mesmo os projetos ainda em tramitação se encontram, em sua maioria, em estágios intermediários do processo legislativo, o que indica continuidade no avanço da agenda. Três dos projetos que aguardam designação de relator já tiveram pareceres aprovados em outras

Comissão. Apenas um único projeto está em sua Comissão inicial, mas já possui parecer apresentado e foi retirado de pauta a pedido da relatoria para análise de emenda apresentada.

Portanto, pode ser observado o avanço legislativo real dos projetos relacionados às mulheres no período estudado. Sob o ponto de vista de estratégia institucional, a movimentação na tramitação legislativa dos projetos do mês de março de 2025, além das inúmeras deliberações, também pode ser entendida como fase de construção e aceleração dos projetos, com organização de pauta, redução de conflitos e preparação de textos. Ressalta-se que, das 19 leis federais sobre os direitos das mulheres sancionadas em 2025, nove delas tiveram movimentação em março de 2025, representando quase a metade do total.

No mês da Mulher, o Senado Federal:

- Aprovou matérias,
- Destravou projetos por meio de relatorias designadas,
- Apresentou pareceres apresentados,
- Incluiu projetos nas pautas das Comissões e
- Deu prioridade política aos temas femininos.

A análise das proposições analisadas reforça a relevância do período como indutor da agenda legislativa e evidencia a importância da articulação política da Bancada Feminina e a mobilização de apoio entre os parlamentares na consolidação da pauta feminina no ordenamento legal brasileiro.

Proposições sobre mulheres engajadas em março/2025

Proposição	Ementa	Autoria	Relatoria/ Comissão	Movimentação em março/2025	Estágio atual de tramitação
PL 853/2019	Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre os Cuidados com as Gestantes e as Mães.	Deputada Federal Sâmia Bomfim (PSOL/SP)	Senadora Jussara Lima (CAS)	12/03/2025 - Na CAS, distribuído à Senadora Jussara Lima, para emitir relatório.	30/09/2025 - Transformada em Norma Jurídica Lei nº 15.221 de 29/09/2025
PL 478/2022	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor em ressarcir os custos relacionados aos serviços prestados pela Casa da Mulher Brasileira ou outros locais de apoio à mulher vítima de violência e sobre a possibilidade de encaminhamento do agressor, no âmbito de programa de reeducação e recuperação, para prestar serviços em locais de apoio à vítima de violência doméstica.	Deputada Federal Soraya Santos (PL/RJ)	Senadora Professora Dorinha Seabra (CDH)	10/03/2025 - Na CDH, a matéria foi incluída na reunião da comissão agendada para o dia 12/03/2025 e foi retirado de pauta a pedido da relatora.	19/03/2025 - Na CDH, a matéria foi retirada de pauta a pedido da relatoria e para análise da emenda nº 1 apresentada pelo Senador Alessandro Vieira.
PL 1062/2022	Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências, para introduzir a disponibilidade de creches para filhos e tutelados de estudantes, professores e demais funcionários, como um dos critérios de avaliação das instituições de educação superior.	Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL)	Senadora Teresa Leitão (CAS) Senador Paulo Paim (CE)	07/03/2025 - Na CAS, a matéria foi incluída e aprovada na reunião da comissão agendada para o dia 12/03/2025, em decisão não terminativa.	04/04/2025 - Na CE, foi distribuído ao Senador Paulo Paim, para relatar o projeto.
PL 1640/2022	Institui a Política Nacional de Humanização do Luto Materno e Parental; e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispor sobre o registro de criança nascida morta.	Deputada Federal Geovania de Sá (PSDB/SC)	Senadora Augusta Brito (CCJ e PLEN)	12/03/2025 - Na CCJ, a matéria foi redistribuída à Senadora Augusta Brito.	26/05/2025 - Transformada em Norma Jurídica Lei nº 15.139 de 23/05/2025
PL 2083/2022	Altera os arts. 50, 52 e 86 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer medidas destinadas a reforçar a proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar,	Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS)	Senador Eduardo Braga (CCJ)	12/03/2025 - Aprovada na CCJ em decisão terminativa.	21/05/2026 - Transformada em Norma Jurídica Lei nº 15.410 de 20/05/2026

	especialmente contra a reiteração de ameaça ou de violência perpetrada por agressores condenados ou submetidos a prisão provisória.				
PL 375/2023	Modifica a Lei nº 14.457 de 21 de setembro de 2022 para a facilitação da inserção no mercado de trabalho, de mulheres acima de 50 (cinquenta) anos.	Senador Weverton (PDT/MA)	Senador Dr. Hiran (CAS) Senadora Damares Alves (CDH)	07/03/2025 - Na CAS, matéria incluída na pauta da reunião agendada para o dia 12/03/2025. Retirado de pauta a pedido do relator para reexame.	07/07/2025 - Remetida à Câmara dos Deputados.
PL 419/2023	Modifica os arts. 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar circunstância atenuante e vedar a redução do prazo de prescrição para os crimes que envolvam violência sexual contra a mulher, quando o agente for, na data do fato, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos de idade.	Deputada Federal Laura Carneiro (PSD/RJ)	Senadora Professora Dorinha Seabra (CDH e CCJ)	12/03/2025 - Na CDH, distribuído à Senadora Professora Dorinha Seabra, para emitir relatório.	04/07/2025 - Transformada em Norma Jurídica Lei nº 15.160 de 03/07/2025
PL 4531/2023	Altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, para assegurar a oferta de ensino remoto às estudantes gestantes, lactantes e adotantes de crianças de até seis meses de idade.	Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)	Senadora Damares Alves (CDH)	19/03/2025 - Na CDH, recebido o relatório da Senadora Damares Alves. Matéria aprovada em 26/03/2025 na Comissão. Em decisão não terminativa.	09/09/2025 - Na CE, aguarda designação do relator. Devolvido pela Senadora Zenaide Maia, para redistribuição.

PL 4781/2023	Altera os arts. 213 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e acrescenta o art. 41-A na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever a pena de perda de bens e valores ao autor de crimes de estupro e dos praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher.	Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)	Senador Sérgio Moro (CDH)	06/03/2025 - Na CDH, foi recebido o relatório do Senador Sérgio Moro e a matéria foi incluída na reunião agendada para o dia 12/03/2025. Foi aprovada na reunião de 19/03/2025, em decisão não terminativa.	20/03/2025 - Na CCJ, matéria aguardando designação de relator.
PL 5427/2023	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para sujeitar o agressor a monitoração eletrônica durante aplicação de medida protetiva de urgência em casos de violência doméstica e familiar.	Deputado Federal Gutemberg Reis (MDB/RJ)	Senadora Leila Barros (PLEN) Senador Paulo Paim (CDH)	24/03/2025 - Incluído e aprovado em Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária de 26/03/2025.	25/04/2025 - Transformada em Norma Jurídica Lei nº 15.125 de 24/04/2025
PL 5710/2023	Dispõe sobre o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, de que trata a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.	Senadora Damarens Alves (REPUBLICANOS/DF)	Senador Zequinha Marinho (CDH) Senador Astronauta Marcos Pontes (CSP)	13/03/2025 - Na CDH, foi recebido Relatório do Senador Zequinha Marinho e a matéria foi aprovada na reunião do dia 19/03/2025 em decisão terminativa.	07/07/2025 - Remetida à Câmara dos Deputados
PL 5781/2023	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para permitir que o juiz, de ofício, decrete medidas cautelares, inclusive prisão preventiva, e converta a prisão em flagrante	Deputado Federal Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Senador Marcos Rogério (CDH)	11/03/2025 - Na CDH, foi recebido relatório do Senador Marcos Rogério, tendo o parecer aprovado em 19/03/2025,	20/03/2025 - Na CCJ, aguardando designação de relator.

	em preventiva, nos casos de crime praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher, de que trata a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).			em decisão não terminativa.	
PL 5881/2023	Altera a Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021, para determinar a publicação periódica de relatórios do Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres.	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)	Senador Sérgio Petecão (CSP) Senadora Mara Gabrielli (CDH)	19/03/2025 - Na CDH, foi recebido o relatório da Senadora Mara Gabrielli e o parecer foi aprovado na reunião do dia 26/03/2025, em decisão terminativa.	09/01/2026 - Transformada em Norma Jurídica Lei nº 15.336 de 08/01/2026
PL 370/2024	Altera o art. 147-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer causa de aumento de pena no crime de violência psicológica contra a mulher quando praticado com o uso de inteligência artificial ou de qualquer outro recurso tecnológico que altere imagem ou som da vítima.	Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ)	Senadora Daniella Ribeiro (PLEN)	17/03/2025 - Incluído e aprovado em Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária de 19/03/2025.	25/04/2025 - Transformada em Norma Jurídica Lei nº 15.123 de 24/04/2025
PL 475/2024	Veda a adoção de critérios discriminatórios contra estudantes e pesquisadores em virtude de gestação, de parto, de nascimento de filho ou de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção nos processos de seleção para bolsas de estudo e pesquisa das instituições de educação superior e das agências de fomento à pesquisa.	Deputada Federal Erika Hilton (PSOL/SP)	Senadora Janaína Faria (CDH) Senadora Leila Barros (CE)	20/03/2025 - A matéria foi incluída em Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Extraordinária e aprovada na reunião de 26/03/2025.	25/04/2025 - Transformada em Norma Jurídica Lei nº 15.124 de 24/04/2025
PL 2341/2024	Altera a Lei no 14.192, de 4 de agosto de 2021, para prever medidas protetivas de urgência para os casos de violência política contra a mulher.	Senadora Janaína Farias (PT/CE)	Senadora Jussara Lima (CDH)	19/03/2025 - Na CDH, recebido o relatório da Senadora Jussara e incluída na pauta da reunião agendada para o dia 26/03/2025. Lido o relatório, foi concedida vista coletiva.	30/05/2025 - Na CCJ, aguarda designação de relator.

PL 2549/2024	Cria o Selo Cidade Mulher, a ser conferido aos Municípios que se destacarem na efetividade das políticas públicas específicas para o bem-estar das mulheres.	Deputada Federal Nely Aquino (PODEMOS/MG)	Senadora Mara Gabrilli (CDH) Senador Castellar Neto (CCJ)	06/03/2025 - Na CDH, distribuído à Senadora Mara Gabrilli, para emitir relatório.	19/09/2025 - Transformada em Norma Jurídica Lei nº 15.214 de 18/09/2025
PL 3272/2024	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para autorizar o porte de arma de fogo para as mulheres sob medida protetiva de urgência.	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Senador Magno Malta (CDH)	07/03/2025 - Na CDH, foi recebido o relatório do Senador Magno Malta e incluída nas pautas das reuniões agendadas para os dias 12 e 26/03/2025. Retirado de pauta a pedido do relator.	10/04/2025 - Na CSP, matéria com a relatoria. Avocada a relatoria pelo Presidente da Comissão, Senador Flávio Bolsonaro
PL 4440/2024	Institui o Programa de Reconstrução Dentária para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com vistas a garantir a prestação de serviços odontológicos para reconstrução e reparação dentária de mulheres vítimas de agressões que tenham causado danos à sua saúde bucal.	Deputada Federal Simone Marquetto (MDB/SP)	Senadora Dra. Eudócia (PLEN)	07/03/2025 - Incluído e aprovado em Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária de 11/03/2025.	03/04/2025 - Transformada em Norma Jurídica Lei nº 15.116 de 02/04/2025
PL 499/2025	Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino, de mama e colorretal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para assegurar às mulheres a partir dos quarenta anos de idade o direito à realização anual de mamografia para o rastreamento do câncer de mama.	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	Senadora Damares Alves (CAS)	25/03/2025 - Matéria com a Relatoria. Distribuído à Senadora Damares Alves, para emitir relatório.	19/12/2025 - Transformada em Norma Jurídica Lei nº 15.284 de 18/12/2025

As informações deste quadro foram atualizadas até as 12h do dia 22/05/2026.

Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal

 www.senado.leg.br/omv



 [@omv.senado](https://www.instagram.com/omv.senado)




+ 55 (61) 3303-2972


omv@senado.leg.br

Observatório da Mulher
contra a Violência

Instituto de Pesquisa
DataSenado

Secretaria de
Transparência

SENADO
FEDERAL

